

Nem crise, nem campanha eleitoral!

Não vão meter a mão na nossa aposentadoria!



Servidores unem forças contra ameaça de rombo no IPMC

Prefeitura quer cortar mais de 60% do aporte mensal feito ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC). A proposta, que pretende rever o plano de custeio, foi apresentada aos sindicatos no dia 27 de outubro e pode ser enviada para votação na Câmara Municipal a qualquer momento.



Entenda nesse material porque a mudança pode quebrar o IPMC e colocar a sua aposentadoria em risco!

Município tenta rever plano de custeio criado em 2008

O IPMC foi reformulado em 1999, a partir da Lei 9626 que criou o sistema de seguridade dos servidores municipais formado pelo antigo IPMC e o recém-nascido Instituto Curitiba de Saúde (ICS).

Todos os servidores aposentados, pensionistas e servidores em atividade foram transferidos para o IPMC sem nenhum reforço financeiro. O novo Instituto foi criado com um grande passivo atuarial, ou seja, recebeu obrigações passadas e futuras sem nenhum aporte da Prefeitura.

Durante a década de 1990, vários prefeitos deixaram de fazer os repasses aos Instituto, o que acumulou uma dívida de R\$ 52 milhões. Em 1998, pouco antes da reformulação do IPMC, o presidente do Instituto na época "anistiou" a dívida da Prefeitura.

Desde então, os sindicatos defendiam que a Prefeitura de Curitiba devia assumir sua obrigação com relação à parte dos benefícios previdenciários ou fazer aporte financeiro pelo não acúmulo ao longo do tempo.

Em 2008, apurou-se que havia um passivo atuarial, que é a projeção de uma dívida futura, de R\$ 2,5 bilhões. Esse déficit deveria ser corrigido em, no máximo, 35 anos. Depois de muitas discussões com o Conselho de Administração, chegou-se à conclusão de que uma das formas de afastar o passivo era a Prefeitura fazer aportes mensais ao IPMC correspondente à parte dos benefícios previdenciários.

Como resultado da pressão e da luta dos servidores, foi aprovada a Lei Municipal 12821/2008 que definiu um plano de custeio para sanar o déficit do Instituto. Esse plano transferiu para a Prefeitura a responsabilidade pelo pagamento de todas as aposentadorias concedidas entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de julho de 2023 por, no máximo, 35 anos, limitado ao ano de 2043.

As aposentadorias continuaram sendo pagas pelo IPMC, mas a Prefeitura vem fazendo aportes mensais ao Instituto de Previdência no valor correspondente aos benefícios pagos.

0

IPMC nasce sem recursos

2,5 bilhões

é o passivo atuarial do IPMC calculado em 2008

6,5 bilhões

é o passivo atuarial do IPMC hoje

1,6 bilhões

é o dinheiro em caixa que o IPMC tem atualmente

9,6 milhões

é o dinheiro que a Prefeitura de Curitiba quer deixar de repassar para o IPMC

100 milhões

É o valor que Fruet poderá sacar do IPMC em 2015

Para frente

Ao invés de pagar as aposentadorias de 2009 até 2023, passaria a pagar as de 2012 até 2027

Não põe e tira

Além de postergar os repasses, Fruet quer sacar dinheiro já depositado

Passivo atuarial cresceu

Em reunião com os sindicatos no dia 27 de outubro, o atuário responsável pelo IPMC reconheceu que o passivo atuarial que em 2008 motivou a aprovação desse plano de custeio só aumentou. O valor passou de **R\$ 2,5 bilhões em 2008 para 6,5 bilhões em 2015**.

Isso justifica plenamente a necessidade da manutenção da lei atual mesmo considerando o aumento exponencial dos aportes.

Prefeitura ameaça colocar as mãos na aposentadoria dos servidores

A ameaça de cortar quase R\$ 10 milhões do repasse destinado ao IPMC coloca em risco as futuras aposentadorias dos servidores. Essa é a conclusão do estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a pedido dos quatro sindicatos que representam os servidores municipais de Curitiba. Confira a análise e entenda o que esse ataque representa para os trabalhadores no município!

Mudança busca reduzir valor dos repasses mensais



Levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

A Prefeitura quer mexer na Lei 12.821/2008 para alterar a faixa temporal que serve como base de cálculo para o plano de custeio. Se a mudança for aprovada, o município deixará de repassar ao Instituto o valor das aposentadorias concedidas entre 2008 e 2012 e incluiria no futuro os benefícios concedidos entre 2023 e 2027.

O que parece ser apenas uma mudança técnica é, na verdade, uma manobra para reduzir agora o valor dos repasses mensais que a administração municipal é obrigada a fazer. O objetivo por trás da proposta é liberar para o caixa geral da Prefeitura parte do dinheiro que hoje é destinado à aposentadoria dos servidores.

R\$ 15.126 milhões

Aporte mensal hoje

R\$ 5.480 milhões

Valor do aporte na proposta da Prefeitura

Proposta da Prefeitura representa um corte de **63%** no aporte do IPMC

R\$ 100 milhões a menos em 2015

A lei entraria em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015. Se a lei for aprovada em novembro, a Prefeitura teria um crédito junto ao IPMC de mais de R\$ 100 milhões e poderia sacar o dinheiro como fez o Governo do Paraná em relação ao ParanaPrevidência.

Proposta desconsidera impacto dos novos planos de carreira

Para propor essa alteração, a Prefeitura argumenta que o IPMC arrecada mais do que gasta desde 2011. A geração de um superávit nos últimos quatro anos – que era o objetivo do plano de custeio aprovado em 2008 – agora é usado como desculpa para saquear o Instituto.

Os estudos apresentados pela administração desconsideram todo o ano de 2015. Não entra na conta o aumento da remuneração dos servidores, com as incorporações e com os planos de carreira do magistério, da educação infantil e da guarda municipal.

Além disso, o IPMC ainda não começou a pagar os

benefícios desses planos para aposentados e pensionistas. Esse impacto deve ser considerado antes de qualquer alteração no valor do aporte.

Mudança pode quebrar o IPMC

Segundo o estudo do Dieese, é possível que o IPMC entre em apuros e não consiga pagar as aposentadorias dos servidores se a proposta for aprovada. Além de desconsiderar os aumentos salariais de 2015, a projeção da Prefeitura também desconsidera os impactos da conjuntura econômica nos fundos de previdência. Com a queda da taxa de juros, diversos fundos tiveram dificuldades de manter sua rentabilidade.

Propaganda da Prefeitura esconde ameaças da proposta

É impossível garantir a solidez com cálculos que desconsideram novos planos de carreira e o balanço de 2015

➔ Efeito retroativo ao mês de janeiro permite que a Prefeitura saque mais de R\$ 100 milhões do IPMC

➔ Prazo do custeio não aumenta: continua sendo até 2043 devido à lei federal

➔ Mesma proposta já foi rejeitada pelos sindicatos em fevereiro, mas Prefeitura voltou a apresentar o projeto antes de convocar a comissão paritária responsável pelo tema

Do luto à luta: NA NOSSA APOSENTADORIA NÃO!



Proposta de diminuir repasses do IPMC se inspira no exemplo do governador Beto Richa, que não hesitou em agredir servidores em greve para colocar as mãos no dinheiro da ParanaPrevidência.

Após a brutal violência do dia 29 de abril, Richa tirou R\$ 527 milhões em caráter retroativo do Fundo Previdenciário. Esse saque beneficiou órgãos envolvidos na aprovação do projeto, como a Assembleia Legislativa do Paraná e o Tribunal de Justiça.

Prefeitura se contradiz e volta atrás na promessa de não “pegar” dinheiro da Previdência

A secretária de finanças Eleonora Fruet negou, na Câmara Municipal, intenção de mexer no IPMC



Por Manoel Ramires (com informações da CMC)

A mudança na forma de financiamento do IPMC surgiu no começo de 2015. Foi quando a gestão Gustavo Fruet, alegando problemas financeiros, enxergou no fundo dos servidores uma forma de fazer caixa. Contudo, a crise do governo Beto Richa, que brigava com os servidores estaduais pelo mesmo motivo, fez com que a Prefeitura de Curitiba recuasse.

Em fevereiro, inclusive, a secretária de finanças Eleonora Fruet foi à Câmara Municipal para negar a intenção de colocar a mão no fundo. Aos vereadores, ela disse que “O IPMC tem R\$ 1,2 bilhão no fundo financeiro, mas não vamos mexer nisso”. A afirmação, como registra o site da Câmara Municipal (27 de fevereiro) foi feita durante a prestação de contas do Executivo.

Dinheiro em caixa

Outro argumento que consolidava o recuo da gestão Fruet em relação ao IPMC era a economia de verbas. De acordo com a secretária, Curitiba economizou R\$ 252 milhões. Dinheiro acrescido do aumento de impostos neste ano: “Com o aumento, o IPVA pode significar R\$ 160 milhões no orçamento da cidade, mas só vai começar a entrar em abril por conta da ‘noventena’. O mesmo vale para o ITBI”, explicou Eleonora.

Administrações municipais avançam contra fundos de pensão dos servidores

Corte na transferência de recursos para as previdências também é forma de ataque

Financiados principalmente pelos servidores públicos, os fundos de pensão são uma mina de ouro para os prefeitos. Em tempos de “crise econômica” e perto do período eleitoral, os gestores enxergam nessa grana a possibilidade de irrigar obras e o caixa do governo municipal. A iniciativa do prefeito Gustavo Fruet, de alterar o financiamento do IPMC, também é repetida por governantes em Araucária e Marialva com relação aos seus respectivos fundos.

Em Araucária, na região Metropolitana de Curitiba, a mobilização dos servidores obrigou o prefeito Olizandro Ferreira (PMDB) a revogar decreto que criou um Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Municipal de Araucária (FPMA). A ideia do prefeito era diminuir a representação dos servidores. Hoje, os conselheiros do Fundo são eleitos de forma direta entre os trabalhadores. Pela proposta da administração, seria criada um comitê de investimento desvinculado dos conselhos Administrativo e Fiscal.

Para o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária (Sismmar), é a pressão dos trabalhadores que garante a saúde financeira do FPMA. “O Fundo é sólido porque funciona sob a administração e fiscalização dos servidores municipais”, advoga a assessora técnica Liane Judite Muraro. De 1999 a 2004, os prefeitos não depositavam os recursos do Fundo de Previdência em uma conta específica e isto causou um déficit de meio milhão. Por isto, tem sido cobrado da Prefeitura um aporte financeiro para não prejudicar as aposentadorias futuras, informa o Sismmar.

Em Marialva, no Norte central do Paraná, o prefeito Edgar Silvestre (PSB) deixou de repassar recursos para o Fundo de Previdência (IPAM) referente a 2016. Em seu lugar, propôs transferir um terreno para o Fundo. O IPAM aceitou o terreno como parte da gestão no aporte atuarial. “Ficou estabelecido que caso o aporte resulte em valor superior à avaliação do terreno (R\$1,5 milhão) será transferido a diferença do valor ao IPAM”, explica a advogada Gisele Veneri.



Em Araucária, pressão dos servidores impediu mudanças no Fundo



TIRA O OLHO GORDO DO IPMC, FRUET!
Pressão e mobilização dos servidores vão impedir o rombo no IPMC!

